

AS ORDENS DE INDEXICALIDADE MOBILIZADAS EM DISCUSSÕES SOBRE ABORTO NA INTERNET

Pamella Opsfelder de Almeida¹

Resumo

Na era digital novas noções de feminilidade e maternidade são colocadas em discurso a todo momento. No site BabyCenter Brasil, plataforma virtual direcionada a mulheres interessadas na maternidade, existe a possibilidade de discussão de tópicos sensíveis como o aborto. Nesse sentido, esta pesquisa investiga como as narrativas produzidas pelas usuárias do site significam o aborto provocado e as mulheres que o praticam, bem como que discursos translocais são evocados nessas produções discursivas locais. Para isso, convencionou-se utilizar o conceito de indexicalidade, conforme concebido por Silverstein (2003), e as pistas indexicais propostas por Wortham (2001). Este artigo apresenta os resultados referentes à análise das pistas indexicais de referência e predicação, indexicais avaliativos e modalidades epistêmicas encontradas em cinco tópicos de discussão. Verificou-se, no corpus, o contraste entre discursos religiosos, jurídicos e moralizantes proibitivos do aborto e discursos que humanizam a mulher que aborta, demonstrando que as novas tecnologias de comunicação podem tanto reforçar quanto desestabilizar os construtos modernos de controle do corpo feminino.

Palavras-chave: Aborto; Indexicalidade, Fóruns de internet.

The indexical orders mobilized in Internet discussions concerning abortion

Abstract

In the digital age, new notions of femininity and motherhood are put into discourse at all times. On the BabyCenter Brasil website, a virtual platform aimed at women interested in motherhood, there is the possibility of discussing sensitive topics such as abortion. In this sense, this research investigates how the narratives produced by the users' comments on the site signify abortion and the women who practice it, as well as which translocal speeches are evoked in these local discursive productions. To achieve such, we use the conventionalized concept of indexicality, as conceived by Silverstein (2003), and the indexical cues proposed by Wortham (2001). This article presents the results referring to the analysis of the indexical cues of reference and predication, evaluative indexicals and epistemic modalization found in five discussion topics. In the corpus there was a contrast between religious, legal and moralizing prohibitive discourses concerning abortion and discourses that humanize the woman who aborts, demonstrating that the new communication technologies can both reinforce and destabilize the modern constructs of control of the female body.

Keywords: Abortion; Indexicality, Internet forums.

¹ Licenciada em Letras e mestranda em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas. E-mail: pam4.1.7@hotmail.com.

1. Introdução

A gravidez é um estado que permite a reprodução humana e, mesmo com os avanços da ciência e da medicina, ainda encontra-se vinculada ao interior de um corpo humano, que abriga o feto por aproximadamente nove meses. Durante esse período, o sujeito gestante passa por mudanças fisiológicas, hormonais, emocionais, financeiras e sociais. Sua relação com o próprio corpo e com os corpos outros altera-se, de forma que a gestação se faz uma experiência individual, podendo suscitar diversas reações e emoções.

O aspecto individual dessas experiências, contudo, é minimizado em favor de uma idealização da reprodução humana. Nessa idealização, a gestação é associada ao corpo biológico feminino, seguindo a crença ocidental de que a gravidez é inseparável das figuras da maternidade e da mulher cisgênera, ou seja, daquela que é designada como pertencente ao gênero feminino ao nascer e que se identifica com esse mesmo gênero. Apesar desses construtos sociais restritivos, a gravidez é experienciada por pessoas de variadas identidades de gênero, como homens transgêneros, pessoas não-binárias e de gênero fluido.

Segundo Badinter (1985), os construtos sociais que relacionam as figuras da mãe e da mulher cisgênera à gravidez ganham força com o chamado “mito do amor materno”, que considera o desejo pela maternidade como sentimento instintivo da fêmea humana. Estabelecendo-se na sociedade ocidental principalmente a partir do século XIX, tal concepção de maternidade como fim único à vida da mulher não deixa margens ao aborto provocado. Nessa perspectiva, o abortamento não pode ser visto senão como sinal de doença psíquica, em um discurso psicanalítico, ou pecado e falha de caráter, em um discurso da moral religiosa.

No século XXI, com a popularização das novas tecnologias de comunicação, os discursos sobre a maternidade migram também para a Internet. Um exemplo é o site BabyCenter Brasil², que tem como objetivo auxiliar aqueles envolvidos no nascimento e criação de uma criança, especialmente as mulheres cisgêneras. Nesse sentido, a plataforma virtual dispõe de informações sobre concepção, desenvolvimento do feto, parto, pós-parto, saúde física e emocional da

2 Disponível em: <<https://brasil.babycenter.com/>>. Acesso em 08 de julho de 2020.

gestante, etc. Sua faceta mais interessante, contudo, talvez sejam os tópicos de discussão que permitem a interatividade entre as usuárias. Assuntos os mais diversos são discutidos entre gestantes, que enunciam sobre suas conquistas e decepções, seus medos, angústias e felicidades no concernente a maternidade.

Essas discussões situadas no BabyCenter Brasil são divididas em tópicos, de modo que a usuária pode pesquisar tópicos por palavras-chave na ferramenta de busca do próprio site. Tais tópicos de discussão constituem os objetos de estudo desta pesquisa, bem como o instrumento de geração dos dados analisados. Nesse sentido, o tema ou recorte que se pretende investigar é o aborto não espontâneo, ou seja, aquele provocado intencionalmente.

Em um ambiente projetado para auxiliar aqueles que já têm ou desejam ter filhos, imerso em um país em que o abortamento é considerado um crime e em cuja cultura persiste o mito do amor materno, as significações tecidas sobre a temática do aborto induzido podem ecoar discursos moralizantes e proibitivos. Analisando um *corpus* composto por narrativas de sujeitos que se identificam como mulheres cisgêneras, esta pesquisa investiga como as narrativas produzidas pelas usuárias do site significam o aborto provocado e as mulheres que o praticam, bem como que discursos são evocados nessas produções discursivas locais, de forma a verificar se as plataformas de comunicação digital desestabilizam ou reforçam os mecanismos de controle social dos corpos femininos.

2. Materiais e métodos

De cunho etnográfico virtual, conforme concebido por Hine (2000), a pesquisa teve como instrumento etnográfico de geração de dados o site BabyCenter Brasil. Dessa forma, selecionou-se para a constituição do *corpus* e análise linguística cinco tópicos de discussão a respeito do aborto provocado, assim como seus comentários, todos criados por usuárias que se identificam como mulheres cisgêneras. Totalizando 172 postagens, todos os tópicos e seus comentários foram coletados das cinco primeiras páginas exibidas como resultado da busca pela expressão “quero abortar” na barra de pesquisa do próprio site.

Dois critérios foram adotados para a seleção dos tópicos. O primeiro, mais geral, determinava que os tópicos selecionados deveriam: 1) ter como temática o aborto provocado, excluindo-se assim tópicos referentes à temática do abortamento espontâneo; e 2) ser escritos por mulheres cisgêneras, desconsiderando, por exemplo, tópicos criados por mulheres transgêneras e por homens cisgêneros ou transgêneros. Encerrada essa primeira filtragem, procurou-se por tópicos com maior potencial de análise linguística, valorizando-se aqueles em cujas narrativas as mulheres que abortam possuíssem vivências sociais diversas. Esse critério foi adotado para que se pudesse estudar como as usuárias do site significam mulheres provindas de diferentes grupos sociais.

Dessa forma, foram selecionados dois tópicos nos quais as mulheres que procuravam abortar eram menores de idade, dois tópicos em que essas mulheres eram maiores de idade e um tópico que não dizia respeito a uma mulher específica, mas às mulheres que abortam no geral. Seguindo esses critérios, foram selecionados para a constituição do *corpus* cinco tópicos de discussão, identificados apenas como Tópico 1, Tópico 2, Tópico 3, Tópico 4 e Tópico 5, de forma a preservar o anonimato de suas criadoras e comentaristas.

Para compor o método de análise do *corpus*, utilizou-se a noção de ordens indexicais de Silverstein (2003), além das pistas indexicais de Wortham (2001). As ordens de indexicalidade “mostram como relacionar os planos de análise micro-sociais e macro-sociais de quaisquer fenômenos sociolinguísticos” (SILVERSTEIN, 2003, p. 1). Tendo em vista esse aspecto mediador da indexicalidade, Wortham (2001) propõe que uma análise linguística que busque dar conta das relações entre esses planos deve se sustentar no estudo das pistas indexicais. Segundo o autor, essas pistas podem ser utilizadas por analistas do discurso para investigar como, em suas enunciações locais e pessoais, os narradores indexicalizam discursos e ideologias translocais, ou seja, aquelas que se situam em uma escala impessoal ou genérica.

Tendo em vista essas considerações teórico-metodológicas, este artigo analisa as ocorrências no *corpus* de três das cinco pistas indexicais sugeridas por Wortham (2001): referência (elementos do mundo aos quais o narrador se refere) e predicação (as caracterizações desses elementos); índices avaliativos (ítems lexicais e construções gramaticais que

caracterizam grupos ou sujeitos sociais); e modalidades epistêmicas (expressões do grau de verdade atribuído pelo narrador a sua enunciação). Dessa forma, pretende-se verificar como, por meio da indexicalização de discursos translocais sobre feminilidade e maternidade, as comentaristas do site referem e caracterizam as mulheres que abortam, como identificam essas mulheres (*o outro*) e a si mesmas (*eu*) como pertencentes a determinados grupos sociais, e, por fim, como, ao relacionar-se com essas vozes outras, estabelecem um posicionamento para si mesmas em suas narrativas locais.

3. Resultados e discussão: análise das pistas indexicais

3.1. Referência e predicação

Segundo Wortham (2001), referência é o ato de nomear coisas no mundo por meio do discurso, enquanto que predicação é o ato de caracterizar esses objetos. Nas primeiras análises dessas pistas indexicais, optou-se por estudar os procedimentos de referência e predicação envolvendo tanto a mulher que deseja abortar e o aborto em si, quanto do feto abortado. Nesse sentido, constatou-se que as formas de referência ao feto que mais se repetiram nos cinco tópicos foram *bebê* (total de 27 ocorrências) e *criança* (20 ocorrências), seguidas por *vida* (oito ocorrências), *anjo* (seis ocorrências) e *filho* (seis ocorrências). Já entre as predicações mais recorrentes para o feto encontram-se *não tem culpa* (14 ocorrências), *não pediu para nascer* (sete ocorrências), *está formado* (sete ocorrências), *vai ser feliz* (quatro ocorrências), *tem coração* (três ocorrências) e *é parte de você* (três ocorrências).

Os nomes utilizados para se referir ao feto – *bebê*, *criança*, *vida*, *anjo* e *filho* –, bem como as predicações *está formado* e *tem coração*, deixam claro que ele é percebido como ser humano. Segundo Diniz e Almeida (1998), referir-se ao feto como *bebê* ou *criança* é comum em discursos contrários ao aborto, que geralmente sustentam-se em dois argumentos: “o primeiro é a crença de que o feto é pessoa humana desde a fecundação; o segundo, a defesa da potencialidade do feto em tornar-se pessoa humana” (DINIZ; ALMEIDA, 1998, p. 134). Na primeira concepção, são transferíveis para o feto os

direitos humanos, de maneira a impossibilitar a legitimidade do aborto. Já na segunda noção, a transformação do feto em pessoa humana é apenas uma questão de tempo, de forma que essa transformação não pode ser impedida. Nesses discursos, conseqüentemente, o aborto “possui o significado moral e jurídico de um assassinato” (DINIZ; ALMEIDA, 1998, p. 135).

Partindo para uma análise individual dos tópicos de discussão, foi possível perceber que, diferentemente das referências e predicções feitas ao feto, que apresentam relativa consistência, essas pistas indexicais variam dependendo dos grupos sociais às quais as mulheres que desejam abortar pertencem, conforme será abordada nas análises de cada tópico.

No tópico 1, a questão apresentada é pessoal, com uma narrativa que parte do ponto de vista de um sujeito do sexo feminino de 15 anos que, estando grávida, cogita recorrer ao aborto. Articulando-se como uma resposta à narradora, os comentários referem-na por *você* (seis ocorrências), *moça* (duas ocorrências), além das referências únicas de *menina* e *juventude*. Essa garota, então, é predicada por *vai se arrepender* (duas ocorrências), *quer tirar* (duas ocorrências), *não deve fazer isso* (duas ocorrências), *é tão fraca* (uma ocorrência) e *teve relações sexuais* (1 ocorrência). Tais predicções colocam-se contrárias ao aborto, já que a mulher não deve fazê-lo pois irá se arrepender.

De modo semelhante, o tópico 2 também trata de uma gestante menor de idade, amiga da criadora do tópico, que, com 14 anos, cogita o aborto. Nesse contexto, as referências à amiga da narradora que mais se repetem são: *ela* (15 ocorrências), *menina* (sete ocorrências), *amiga* (seis ocorrências) e *criança* (quatro ocorrências). Observa-se, assim, que, nesse tópico, as referências da mulher que deseja abortar e do feto possuem uma intersecção: *criança*.

Nesse tópico, as predicções de maior número de ocorrências são: *teve relações sexuais* (11 ocorrências), *é irresponsável* ou *sem juízo* (oito ocorrências), *é nova* (seis ocorrências), *não se preveniu* (cinco ocorrências), *quis fazer coisa de adulto* (quatro ocorrências) *é louca* (três ocorrências), e *é imatura* (duas ocorrências). Por esses resultados, depreende-se que esse é o tópico em que há maior incidência do discurso moral sobre a sexualidade

feminina. A amiga da criadora do tópico é considerada louca e imatura por ter iniciado a vida sexual com 14 anos, idade que, segundo os comentários, é a de uma criança.

Conforme explicitado na referência *quis fazer coisa de adulto*, nesse discurso moralizador a sexualidade é restrita à esfera do mundo adulto. Segundo Foucault (2005), essa tentativa de controle da sexualidade infantil foi empreendida a nas sociedades ocidentais a partir dos séculos XVIII e XIX, por meio do poder disciplinar. Nesse contexto, emerge o indivíduo considerado sexualmente normal e o anormal, a *criança* e a *mulher* normais e as desviantes. Dessa forma, categorizar a mulher como criança pode ser considerado uma forma de dominar sua sexualidade, já que a infância normal fabricada no mundo moderno tem como princípio a restrição da expressão sexual.

Diversamente, no tópico 3, a discussão passa a ser a respeito da bondade ou crueldade da mulher, ao invés da moral sexual da criança. Nesse tópico, a narradora conta que sua vizinha, uma prostituta, decidiu comprar remédios para a interromper a gravidez. Diante dessa situação, a narradora expõe sua indignação perante as escolhas da vizinha.

Nos comentários que se seguem, a mulher que deseja abortar é referida por *mulher* (duas ocorrências), *mãe* (duas ocorrências), *monstro* (duas ocorrências), *ela* (duas ocorrências), *vaca* (duas ocorrências) e *louca* (duas ocorrências). As principais predicações são: *ser mulher* [aprender a ser mulher] e *irá pagar* [por seus atos]. Diferentemente dos Tópicos 1 e 2, não se trata de uma *menina*, mas de uma *mulher*. Ao invés de apregoar a irresponsabilidade da menor de idade que se engaja em atividades sexuais, o discurso é direcionado para o *ser mulher*: o que é ser uma mulher normal e o que é ser um monstro. Nesse discurso, aquela que não deseja ser mãe é considerada monstruosa, pois ser mulher é ser mãe.

Seguindo esse discurso sobre feminilidade, o Tópico 4 apresenta a mulher que aborta como o *outro*, com o qual as mulheres que desejam a maternidade são comparadas. Dessa maneira, esse sujeito é referido como *mulher* (nove ocorrências), *pessoa* (três ocorrências), *ela* (três ocorrências), *monstra* (duas ocorrências), *mãe* (duas ocorrências), além de ocorrências individuais de *outras*, *essas aí*, *gente*, *a cuja* e *um verme qualquer*. Na mesma linha de pensamento, a mulher

é predicada por *aborta* (oito ocorrências), *devia morrer* (duas ocorrências), *não tem coração* (duas ocorrências), *consegue tirar uma vida* (duas ocorrências), *faz isso* (duas ocorrências), *aborta ou abandona* (duas ocorrências). Nesse sentido, contrapõe-se a mulher que deseja a maternidade (a normal) àquela que a recusa (anormal), sendo que esta deve ser punida por seus crimes: por tirar uma vida, ela merece morrer. Perdendo sua humanidade, torna-se uma *monstra*, um *verme qualquer, sem coração*.

Tais discursos locais ligam-se ao discurso translocal da crença em uma “natureza feminina”, que inclui a maternidade como via de regra. Segundo Badinter (1985), a construção dessa “natureza”, que define o que é normal e desviante na personalidade da mulher, é legado dos pensamentos de Rousseau, no século XVIII, e Freud, no século XX. Ambos estavam “profundamente convencidos de que a essência feminina era por definição masoquista” (BADINTER, 1985, p. 267). Com a publicação de “Emílio”, em 1762, Rousseau cristalizou a ideia da família fundada no amor materno, até então pouco difundida. Em sua figura de mãe ideal, personificada em Sophie, delineou a imagem da mulher que vive pelo esposo e pelos filhos, e por eles sacrifica-se.

Em pensamento semelhante, aos olhos da teoria psicanalítica de Freud, aprofundada por H. Deutsch, o masoquismo da mulher é expresso “principalmente na aptidão da mãe ao sacrifício de si, na sua aquiescência ao sofrimento para o bem de seu filho” (BADINTER, 1985, p. 307). Nesse sentido, nos tópicos 3 e 4 as noções de mulher remontam à concepção de mãe cristalizada por Rousseau e Freud. Nessa perspectiva, a mulher que quer abortar é “excluída da humanidade, pois perdeu sua especificidade feminina. Meio monstro, meio criminosa, tal mulher é um ‘erro da natureza’” (BADINTER, 1985, p. 274).

Evocando o discurso jurídico, as referências ao aborto no tópico 4 aprofundam a percepção da mulher que aborta como criminosa. Nesse sentido, o aborto é referido por *isso* (três ocorrências), *crime* (três ocorrências), *crueidade* (três ocorrências), *delito* (duas ocorrências) e *aborto* (duas ocorrências). Somando as ocorrências de *crime* e *delito* com a ocorrência única de *infanticídio* encontrada nesse tópico, verifica-se a sustentação do aborto como crime. Essas referências são condizentes com o discurso de que a vida

humana já existe como tal dentro do útero, já que o aborto é tido como o assassinato de uma criança.

Por fim, no tópico 5 observa-se a narrativa de uma mulher que, tendo sido violentada e engravidado, encontra-se entre a escolha do aborto ou da entrega da criança à adoção. Nesse tópico, as referências à mulher que deseja abortar abrandam-se, pois não são empregadas palavras ofensivas, como ocorre nos tópicos 2, 3 e 4. O pronome de tratamento *você* (11 ocorrências) é a primeira referência mais utilizada, seguida de *mãe* (quatro ocorrências), o nome de usuária da criadora do tópico (três ocorrências), tratamentos carinhosos como *querida* e *linda* (três ocorrências) e *mulher* (duas ocorrências).

De forma semelhante, as predicções reconhecem a existência da vítima de violência sexual como sujeito que precisa de amparo social, embora não defendam explicitamente a prática do aborto. Desse modo, as predicções mais recorrentes para a mulher que deseja abortar são: *precisa de apoio* (cinco ocorrências), *fará alguém feliz* [se doar o filho após o nascimento] (três ocorrências), *fica desesperada* (três ocorrências), *pode ter complicações* [se fizer aborto] (duas ocorrências) e *sente-se culpada* ou *confusa* (duas ocorrências).

Em alinhamento com essa tendência, as referências ao aborto se apresentam de forma menos acusativa, a saber: *aborto* (nove ocorrências), *isso* (três ocorrências), *procedimento* (duas ocorrências) e *melhor opção* (uma ocorrência). As duas primeiras são relativamente objetivas, enquanto que as duas seguintes legitimam a opção pelo aborto – trata-se de um procedimento médico válido para a vítima de abuso sexual. Por sua vez, o feto também é tratado como ser humano, sendo referido por *bebê* (oito ocorrências), *criança* (dez ocorrências), *presente* (duas ocorrências), *vida* (duas ocorrências) e *ele* (duas ocorrências), e predicado por *já está formado* (cinco ocorrências), *não tem culpa* (seis ocorrências), *vai ser feliz* (quatro ocorrências), *é parte de você* (três ocorrências), *veio para trazer alegria* (duas ocorrências), e *é um ser* (duas ocorrências).

Analisando-se tais referências e predicções, observa-se ainda que a mulher que deseja abortar é referida como *mãe*, de forma que a maternidade lhe é imposta independentemente de seu consentimento. Da mesma

forma, pela predicação de que o feto *vai ser feliz*, a criadora do tópico é levada a pensar a respeito da felicidade da criança em potencial, sendo incentivada a prosseguir com a gestação pelo bem de um ser humano que, segundo ela mesma, só lhe traz sofrimento e lembranças traumáticas.

Dessa maneira, pode-se afirmar que, nos tópicos analisados, é exigida da mulher uma dedicação herdada dos discursos moralizantes atribuídos por Badinter (1985) a Rousseau, Freud e H. Deutsch, que defendem que a natureza da mulher é do sacrifício ou masoquismo. Esse sacrifício, entretanto, em uma visão freudiana, gera o prazer da própria mulher, ideia que é sustentado pela predicação do feto de *veio para trazer alegria*. Em meio à violência do estupro, a concepção e a maternidade gerariam na mulher algum tipo de gozo masoquista.

3.2. Modalização epistêmica

Voltando-se para o estudo das demais pistas indexicais, observa-se que os discursos translocais evocados pelas referências e predicações à mulher que aborta são frequentemente modalizados. Dessa forma, a análise das modalidades baseou-se nas definições e divisões dos modalizadores epistêmicos apresentadas na “Gramática do Português Falado”, de Castilho e Castilho (1992). Nessa obra, os autores afirmam que os modalizadores epistêmicos “expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 222), dividindo-os em duas subclasses principais: os asseverativos e os quase-asseverativos.

Na modalização epistêmica asseverativa, o falante considera verdadeiro o conteúdo proposicional, sem dar margem a dúvidas. Desse modo, os asseverativos expressam grande adesão do falante a esse conteúdo. Por outro lado, na modalização epistêmica quase-asseverativa, o falante considera o conteúdo da proposição como “quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 222). Dessa forma, o falante não se compromete com a responsabilidade a respeito da veracidade ou falsidade da proposição que modaliza.

Em uma análise quantitativa desse tipo de modalização no *corpus*, observou-se que o tópico 1 e o tópico 2 apresentam

uma predominância de modalizadores asseverativos sobre os quase-asseverativos. No primeiro tópico, contabilizou-se 17 casos de modalização epistêmica asseverativa contra apenas cinco casos de modalização quase-asseverativa. Já no segundo tópico, 45 modalizadores epistêmicos são asseverativos, contrastando com 14 casos de modalizadores quase-asseverativos.

Já no tópico 3, no tópico 4 e no tópico 5 observa-se uma maior ocorrência de modalizadores quase-asseverativos sobre os asseverativos. No tópico 3, verifica-se a ocorrência de sete modalizadores epistêmicos quase-asseverativos e 5 modalizadores asseverativos, enquanto que o tópico 4 contabiliza 20 casos de modalização quase-asseverativa contra 17 casos de modalização asseverativa. Por fim, no tópico 5, constata-se a presença de 28 modalizadores quase-asseverativos, enquanto que os modalizadores asseverativos contam 26 ocorrências.

Uma análise de tendências gerais da modalização epistêmica no *corpus* aponta que, nos Tópicos 1 e 2, em que há predominância dos modalizadores asseverativos, verifica-se grande discrepância entre os percentuais de utilização dos modalizadores asseverativos e quase-asseverativos, enquanto que, nos tópicos 3, 4 e 5, em que a mobilização dos modalizadores quase-asseverativos é maior, não existe tanta distância entre os percentuais das incidências das duas categorias. Portanto, observa-se grande engajamento na assertividade das narrativas das comentaristas nos tópicos 1 e 2.

Essa assertividade é mobilizada por meio de formas linguísticas específicas. Nesse sentido, observou-se a prevalência da forma verbal *saber que* (17 ocorrências), geralmente conjugada na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, constituindo a expressão *(eu) sei que*. Em segundo lugar, verifica-se a locução adverbial *com certeza* (13 ocorrências), seguida de *claro* (sete ocorrências), *totalmente* (seis ocorrências), *realmente* (cinco ocorrências), *de verdade* (quatro ocorrências), *você não sabe* (três ocorrências) e *sempre* (três ocorrências).

O predomínio de certas formas linguísticas também ocorre entre os modalizadores epistêmicos quase-asseverativos. Verifica-se que a forma mais empregada pelas comentaristas no *corpus* analisado é *(eu) acho que*. Com exceção do

tópico 3, todos os outros tópicos de discussão apresentam esse modalizador como o quase-asseverativo que mais se repete.

Ainda em relação ao predomínio de formas linguísticas específicas em cada subclasse de modalizadores, é interessante observar que, tópico 1, as formas modalizadoras asseverativas mais utilizadas são *(eu) sei que* (três ocorrências) e *você não sabe que* (três ocorrências), esta última forma tendo como variação *você não imagina* e *você não tem noção*. Observa-se, desse modo, uma afirmação da notoriedade do discurso do *eu*, ao mesmo em que se deslegitima o discurso do *outro* – no caso, da jovem de 15 anos que, vendo-se grávida, considera realizar o aborto. Assim, a argumentação se dá pela defesa de que as comentaristas conhecem a verdade a respeito da gravidez, que a jovem criadora do tópico desconhece.

Segundo Castilho e Castilho (1992), os asseverativos têm grande importância como operadores argumentativos. Ainda segundo os autores, “para acrescentar relevo a uma informação não relevante, que não será retida pelo interlocutor, o falante esforça-se para conferir um tom de autoridade à sua fala, recheando-a de asseveradores” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 240). Nesse sentido, conclui-se que a grande incidência dessa subclasse de modalizadores no tópico 1 tem como objetivo destacar a experiência e autoridade das comentaristas, mais velhas que a criadora do tópico, para convencê-la a não abortar.

Assim como ocorre no tópico 1, o largo uso dos modalizadores epistêmicos asseverativos se repete no tópico 2, que também diz respeito a uma jovem que deseja abortar. Dessa forma, observa-se ampla utilização da construção *saber que* (seis ocorrências), com as variações *(eu) sei que*, *ela sabe que* e *elas sabem que*. Verifica-se também ocorrências dos asseverativos *com certeza* (cinco ocorrências), *totalmente* (quatro ocorrências), *claro* (quatro ocorrências), *sempre* (três ocorrências), *plenamente* (duas ocorrências), *realmente* (duas ocorrências), e *mesmo* (duas ocorrências). De forma análoga ao que ocorre no tópico 1, a modalização asseverativa é mobilizada pelas comentaristas como forma de estabelecer-se como figuras de autoridade, que conhecem as verdades a respeito da maternidade e do aborto.

Já no tópico 3 a modalização epistêmica quase-asseverativa (sete ocorrências) prevalece sobre a asseverativa (cinco ocorrências), com destaque da forma linguística *(eu) acho que* (quatro ocorrências). Além disso, é possível observar a incidência única das formas *(eu) acredito que*, *provavelmente*, *(eu) concordo que* e *(eu) penso que*. Nesse caso, teoriza-se que a maior incidência de modalização quase-asseverativa se dá porque, diferentemente dos tópicos 1 e 2, a mulher que deseja abortar é uma adulta, e, portanto, responsável por suas próprias escolhas. Nesse sentido, o verbo *achar* coloca as narrativas das comentaristas no âmbito da opinião, e não da verdade. Da mesma forma, verifica-se que essa mulher é apenas vizinha da criadora do tópico, e não sua amiga próxima, como ocorre no tópico 2 ou a própria criadora, como no caso do tópico 1. Assim sendo, a urgência de convencer a mulher a não abortar diminui, pois os comentários dificilmente a influenciariam de algum modo.

A prevalência da modalização quase-asseverativa (20 ocorrências) sobre a asseverativa (17 ocorrências) é constatada também no tópico 4. Observa-se que esse tópico é o único que não apresenta como modalizador epistêmico quase-asseverativo mais utilizado a forma verbal *(eu) acho que* (6 ocorrências). Em contraposição, a forma mais usada nesse tópico é *(eu) não entendo* ou *(eu) não consigo entender* (11 ocorrências). Em todos os casos, as comentaristas expressam sua incapacidade de compreender a escolha, feita por outras mulheres, de realizar um aborto. Observa-se, assim, a construção narrativa de uma identidade para as comentaristas que contrasta com as identidades das mulheres que abortam.

Apesar de poder criar um distanciamento discursivo entre o *eu* e o *outro*, os modalizadores quase-asseverativos podem ser empregados para gerar uma aproximação ou empatia entre essas duas figuras, como se observa no tópico 5. Nesse tópico, a prevalência dos modalizadores quase-asseverativos (28 ocorrências) sobre os asseverativos (26 ocorrências) pode indicar, além da proeminência da dúvida sobre a certeza, o gesto de tentar compreender a vivência do outro.

Nesse sentido, o modalizador mais utilizado no tópico 5 é a forma verbal *(eu) acho que* (nove ocorrências), seguida pelas formas *(eu) não sei* (seis ocorrências), *(eu) não consigo imaginar* (quatro ocorrências), *(eu) imagino que* (três ocorrências), *(eu) acredito que* (duas ocorrências) e *(eu)*

aconselho que (duas ocorrências). Em especial, as formas *(eu) não consigo imaginar* e *(eu) imagino que* dizem respeito à tentativa de entender a dor da mulher vítima de violência sexual, concebida ora como imaginável, ou seja, passível de ser compreendida por pessoas que não vivenciaram essa situação, ora como inimaginável.

Conforme a análise dos modalizadores epistêmicos, é possível verificar a prevalência numérica, no *corpus*, da modalização asseverativa (81 ocorrências) sobre a quase-asseverativa (74 ocorrências), com grande concentração da primeira nos tópicos 1 e 2. Verifica-se, também, que, enquanto a modalização asseverativa é mobilizada como um argumento de autoridade do *eu* sobre o *outro*, a modalização quase-asseverativa pode ser utilizada tanto para tecer uma aproximação quanto para criar um afastamento entre essas figuras discursivas.

3.3. Indexicais avaliativos

A contraposição entre o *eu* e o *outro*, ou seja, entre as comentaristas e as mulheres que desejam abortar, pode ser estudada pela análise de outra pista indexical, os indexicais avaliativos. Apoiando-se em Bakhtin, Wortham (2001) conceitua os indexicais avaliativos como formas particulares de falar associadas a determinados grupos sociais. Desse modo, ao criar uma narrativa, o narrador representa personagens pertencentes a grupos sociais específicos, identificando-se ou distanciando-se deles para construir interacionalmente seu próprio posicionamento e sua própria identidade.

Nesse sentido, constata-se que, no tópico 1, as comentaristas identificam-se por meio dos indexicais avaliativos como pertencentes a comunidades religiosas (13 ocorrências), como mulheres que perderam seus filhos ou sofreram abortos espontâneos (quatro ocorrências), como mulheres que afirmam sua maternidade por meio de declarações de amor a seus filhos (duas ocorrências), como mulheres mais velhas que repudiam a juventude atual (uma ocorrência) e como mulheres fortes que conseguem superar as dores da maternidade (uma ocorrência).

É importante observar que os indexicais de pertencimento a comunidades religiosas têm a maior incidência nesse tópico de discussão. Nesses casos, a figura de Deus aparece como

alguém em quem a criadora do tópico deve confiar, assim como uma imagem de sacralidade cujo nome é invocado para tentar convencê-la a não abortar. Dessa forma, esses indexicais aparecem por meio da afirmação de que Deus não daria um fardo que a criadora do tópico não pudesse carregar, de forma que ela deveria prosseguir com a gravidez.

Apesar da existência de variados conselhos dirigidos à criadora do tópico, a análise dos indexicais avaliativos revelou que as comentaristas se apropriaram do tópico de discussão, utilizando-o para criarem narrativas sobre si mesmas, independentemente do objetivo original do tópico. A partir do relato de uma usuária, que compartilha sua tristeza em ter perdido o bebê, tentando, assim, convencer a criadora do tópico a não abortar, outras juntam-se a ela para compartilhar o sentimento da perda de um filho. Mobilizaram-se, dessa forma, narrativas paralelas à discussão original, nas quais as usuárias buscavam confortar umas às outras independentemente da criadora do tópico, por vezes até ignorando-a por completo.

Assim como no tópico 1, no tópico 2 os indexicais avaliativos mais recorrentes são aqueles associados ao falar de indivíduos pertencentes a grupos religiosos (28 ocorrências). Também foram observados indexicais de identificação das comentaristas como mães por meio de suas declarações de amor a seus filhos (sete ocorrências), de identificação como jovens mães (três ocorrências), de pertencimento a comunidade de crença no karma (três ocorrências), de identificação como mulher mais velha por meio de sua expressão de repulsa à juventude atual (duas ocorrências) e, por fim, de pertencimento a comunidade feminista, de defesa da autonomia da mulher sobre seu corpo (uma ocorrência).

Diferentemente dos outros tópicos, no tópico 2 os indexicais avaliativos que indicam que as comentaristas se identificam como pessoas religiosas evocam os aspectos mais proibitivos dessas crenças. Nesse sentido, os indexicais avaliativos trazem a noção de aborto como pecado e de Deus como um ser punitivo, um Senhor com o poder sobre a vida e a morte dos seres humanos, conforme é possível verificar nos seguintes exemplos:

As ordens de indexicalidade mobilizadas em discussões sobre aborto

(Exemplo 1) Gente, o que é isso? Vocês perderam o temor do senhor... Sabe porque ele é DEUS de amor mas também é DEUS de justiça, o poder da vida e o poder da morte está em suas mãos.

(Exemplo 2) Eu disse que é o maior pecado que ela está cometendo ou pensando em fazer e que deus castiga.

No exemplo 1, os indexicais avaliativos reiteram que a figura divina possui o poder sobre a vida e a morte dos indivíduos, poder este que é caracterizado por Foucault (2005) como poder de soberania. Nesse sentido, “dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver” (Idem, p. 286). Esse poder, segundo Foucault (2005), sempre pende para a morte — “é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. É essencialmente um direito de espada” (Ibidem, p. 287).

Pode-se concluir, dessa forma, que a performance discursiva local da usuária evoca um discurso translocal que conceitua Deus como um soberano, funcionando também como ameaça de morte, uma vez que o poder sobre a vida e a morte provém essencialmente do direito que o soberano possui de matar. Assim, as mulheres que desejam abortar deveriam temer a Deus, já que, desobedecendo-o, estariam sob a ameaça de serem punidas, nesta vida ou na vida após a morte conceitualizada pelo cristianismo.

Da mesma forma, no exemplo 2, o ato de abortar é referido como *pecado* e Deus é predicado como aquele que *castiga*. Trata-se, portanto, de uma punição individualizada, que, segundo Foucault (2005), é exercida por meio do poder disciplinar, aplicado sobre o corpo e, nesse caso, no corpo feminino. Desse modo, os indexicais avaliativos que indicam pertencimento a grupos religiosos evocam discursos translocais que trazem a figura de Deus como um soberano que governa pelo temor que causa em seus súditos. Os crimes, sob o nome de pecados, são punidos com castigos sobre o corpo e a alma.

Aliando-se aos indexicais de pertencimento a comunidades religiosas, os indexicais avaliativos de crença no karma, ou seja, de que o bem e o mal que uma pessoa faz traz consequências equivalentes em sua vida, ajudam a sustentar os discursos punitivos sobre a mulher que aborta. Dessa forma,

as usuárias afirmam que o ato de abortar trará, inevitavelmente, ocorrências ruins na vida da mulher que o cometer. Essas infelicidades, então, poderiam ser interpretadas como punições do universo por uma má conduta, assim como a morte ou o sofrimento eterno são encarados, nos discursos religiosos, como decorrentes dos pecados cometidos.

Entrelaçando-se aos indexicais avaliativos de crença no karma, os indexicais de identificação como mulher mais velha por meio de repulsa à juventude fazem comparações entre as garotas da atualidade e as próprias comentaristas, nas quais as últimas resguardam superioridade moral sobre as primeiras. Tais indexicais avaliativos são explicitados por meio da contraposição entre as figuras do *adulto*, com a qual as usuárias se identificam, e das *crianças de hoje em dia*, à qual as comentaristas expressam aversão. Defendendo que o fato de que as jovens terem relações sexuais traria uma reação inevitável, a gravidez, as usuárias evocam as crenças cármicas ao mesmo tempo em que se projetam como mulheres adultas que, em suas juventudes, não teriam sido punidas com uma gestação indesejada por não terem uma vida sexual ativa, sendo, portanto, mais virtuosas que as jovens da atualidade.

A comparação entre as identidades das usuárias e das mulheres por elas criticadas por meio dos indexicais avaliativos também ocorre no tópico 3. Constata-se que os indexicais desse tópico identificam as usuárias como mães por meio do amor a seus filhos (quatro ocorrências), identificando-as também como mulheres por serem mães (duas ocorrências), como crentes no karma (uma ocorrência) e, enfim, como pertencentes a comunidades religiosas (uma ocorrência). Dessa forma, enfatiza-se a rejeição do aborto por meio das experiências pessoais das próprias usuárias, que expressam ora seu contentamento, ora um sentimento de compulsoriedade em relação a maternidade, vinculando-a à feminilidade.

Nesse sentido, os indexicais avaliativos que indexicalizam o pertencimento dessas usuárias à identidade social de mães atuam como assinaturas ao final de seus comentários, declarando o amor a seus filhos. Essas assinaturas apresentam cores de fonte distintas do preto utilizado no corpo do texto, sendo por vezes formatadas em negrito ou itálico e acompanhadas por corações. Observa-se que essas

declarações também se destacam dos comentários em si por linhas puladas, demarcando uma separação espacial entre o texto e a assinatura. Tratam-se, nesse sentido, de interlocuções destinadas a pessoas distintas: o corpo do texto dirige-se às outras usuárias, ou à criadora do tópico, enquanto que as declarações de amor trazem os próprios filhos como interlocutores. Nessas interlocuções as usuárias citam os nomes de seus filhos como vocativos, para depois predicá-los por expressões como *amor da mamãe*, *meu príncipe* e *meu anjo*.

Nesse sentido, contrastam-se as referências e predicções negativas atribuídas no corpo do texto à vizinha da criadora do tópico, que deseja abortar – como *monstro*, *vaca* e *louca*, que *devia morrer*, *não tem coração* e *consegue tirar uma vida* –, com os indexicais avaliativos que identificam positivamente as comentaristas como mães que amam seus filhos. É construída, desse modo, uma demarcação entre o *nós* e o *outro*: entre as mulheres que desejam a maternidade e aquelas que a rejeitam, personificadas na imagem da vizinha que se prostitui e não deseja ter o filho fruto de seu trabalho.

Na verdade, a própria noção de feminilidade está vinculada, por meio dos indexicais avaliativos, à maternidade, conforme mostra a forma linguística *ser mulher*, reiterada nesse tópico e utilizada na argumentação de que, se uma pessoa foi mulher o suficiente para engravidar, ela deve ser mulher o suficiente para se tornar mãe. Tal indexical avaliativo traz um significado para o substantivo *mulher* que não se associa somente à uma referência biológica, mas que passa necessariamente pela experiência da maternidade: ser mulher é assumir os filhos decorrentes de uma gravidez. Nessa perspectiva, ser mulher é ser mãe.

Percebe-se que há na constituição desse indexical avaliativo um senso de responsabilidade decorrente do fato de a comentarista ter tido relações sexuais, obrigando-a a ter o filho e a criá-lo. Essa obrigação moral é contrastada com as atitudes da vizinha da criadora do tópico, que é uma trabalhadora sexual. Ao identificar-se como mulheres suficientes e dignas, as usuárias implicam que aquelas que não cumprem com as responsabilidades provenientes de uma vida sexual ativa não são mulheres de verdade, de maneira que a prostituta que aborta representaria, por contraste, uma mulher falsa ou indigna.

Tendo apenas uma ocorrência no tópico 3, o indexical de pertencimento a comunidades religiosas reaparece com força no tópico 4, que apresenta assim indexicais avaliativos que remetem ao pertencimento a comunidades religiosas (22 ocorrências), à autoidentificação como mães por meio de declarações de amor aos filhos (cinco ocorrências), como antifeministas (quatro ocorrências), como tentantes (três ocorrências) e como jovens mães (duas ocorrências). Por meio da análise dos indexicais avaliativos, é possível verificar que, tratando-se de um tópico de discussão a respeito do aborto em geral, e não de uma mulher específica que deseja abortar, as usuárias do site tecem mais discursos sobre si mesmas que sobre o aborto em si.

Em contraste com os tópicos 1 e 2, no tópico 4 a figura de Deus não aparece no discurso das usuárias como fonte de consolo diante das complicações da maternidade, nem como um soberano punitivo, mas como uma figura todopoderosa para a qual imploram pela oportunidade de serem mães. Dessa forma, em expressões como *Deus está no controle, que Deus ilumine e proteja sua gestação e fé em Deus que vai dar tudo certo*, é possível verificar a onipotência atribuída à figura de Deus, caracterizado como capaz de possibilitar que a mulher experiencie a maternidade. A divindade estaria diretamente ligada à fertilidade da mulher: em outras palavras, Deus teria o poder de dar a vida, mantendo vivo o feto durante a gestação, ou de negar esse dom à mulher, permitindo que o bebê morresse em um aborto espontâneo. Portanto, a divindade teria o poder de fazer viver e deixar morrer o feto. Essa noção de poder assemelha-se ao biopoder, conforme definido por Foucault (2005). Diferentemente do poder do soberano, que faz morrer e deixa viver os indivíduos, evocado no tópico 2, o biopoder faz viver e deixa morrer.

Historicamente, Foucault (2005) situa o surgimento do biopoder do final do século XVIII ao início do século XIX. Trata-se de um poder aplicado não sobre o indivíduo, mas sobre a população, regulando os mecanismos biológicos do ser humano, dentre eles a reprodução. Em suma, o biopoder é uma moderna tecnologia de poder que permite “baixar a morbidade”, “encompridar a vida” e “estimular a natalidade”: ou seja, permite a regulamentação dos processos bio-sociológicos das massas humanas. Nesse sentido, é possível argumentar que, nas narrativas das

comentaristas do tópico 4, a figura de Deus exerce o biopoder sobre as mulheres, uma vez que controla a concepção e, assim, a natalidade humana, proporcionando a experiência da maternidade às mulheres por ele escolhidas.

Por vezes, os discursos religiosos entrelaçam-se aos indexicais avaliativos que caracterizam as usuárias como antifeministas, ou seja, como indivíduos que expressam suas identidades por meio da negação das ideias defendidas pelo feminismo, como a autonomia de decisão da mulher sobre o próprio corpo. Em um dos comentários deste tópico, uma usuária que já havia postado outras vezes no site para expressar sua aversão ao aborto associa outra comentarista, favorável à prática, à figura do diabo, à masturbação (por meio da expressão *bater siririca*) e à falta de relações sexuais com homens (por meio da expressão *falta de piroca*). Tais colocações, largamente utilizadas como ofensas contra as mulheres que se identificam como feministas, funcionam como indexicais avaliativos que associam a usuária contrária ao aborto a um grupo social antifeminista.

Diferentemente dos tópicos 2, 3 e 4, que trazem os indexicais avaliativos como forma de construção das identidades das comentaristas a partir do contraste com identidades tidas como anormais ou divergentes, no tópico 5 as usuárias delineiam suas identidades a partir de seus posicionamentos a respeito da temática da violência sexual. Nesse sentido, elas sinalizam seu pertencimento principalmente a comunidades religiosas (17 ocorrências), também identificando-se como mães por meio de declarações de amor a seus filhos (quatro ocorrências) e como mulheres vítimas de violência sexual (quatro ocorrências). Também foram identificadas indicações de pertencimento a comunidades que defendem a autonomia da mulher sobre o próprio corpo (quatro ocorrências) e a comunidades de crença no karma (três ocorrências).

O pertencimento a comunidades religiosas é sinalizado por meio da referência das comentaristas à figura de Deus, que é evocada como uma maneira de tentar confortar a criadora do tópico, que relata ter sido vítima de abuso sexual. Esse conforto se deveria ao fato de que a divindade estaria sempre auxiliando a mulher pelos momentos mais difíceis da vida, ou porque mesmo o enorme sofrimento da agressão sexual teria sido permitido por Deus e, portanto,

traria algo de positivo à vítima, conforme pode ser observado no exemplo a seguir:

(Exemplo 3) Nada nessa vida acontece por acaso, se depois dessa tragédia toda que aconteceu contigo, Deus permitiu que você fosse Mãe, é porque essa criança tem uma obra na sua vida!!

Nesse exemplo os indexicais avaliativos de pertencimento a comunidade religiosa e comunidade de crença no karma confundem-se: a onipotência atribuída a Deus mistura-se a uma predestinação, a um propósito maior que a própria mulher que deseja abortar desconhece. Nesse sentido, o estupro teria sido consentido por Deus para permitir que a criadora do tópico fosse mãe e, assim, gerasse um filho que traria felicidade em sua vida. Dessa forma, o discurso translocal evocado por esses indexicais avaliativos traz as mesmas crenças que, segundo Badinter (1985), foram defendidas por Rousseau, Freud e H. Deutsch a respeito da "natureza feminina": haveria algo positivo no abuso sexual, já que permitiria à mulher ser mãe. De alguma forma, o gozo proporcionado pela experiência da maternidade seria superior ao sofrimento causado pelo abuso, sendo mesmo *necessário* para a felicidade da mulher, uma vez que *nada nessa vida acontece por acaso*. O estupro, então, estaria predestinado por Deus para proporcionar à vítima um gozo masoquista.

Contrastando com o discurso religioso presente nas produções discursivas locais das comentaristas, o discurso feminista desloca o poder de decisão sobre o aborto para a mulher, por meio de expressões como *o corpo é seu e quem vai bater o martelo é você*. É importante notar que esse tópico de discussão é o único no qual as narrativas das comentaristas indexicalizam discursos feministas que defendem o direito ao aborto. Teoriza-se que isso seja devido à comoção social causada pela temática da violência sexual, o que possibilita que as usuárias tenham algum tipo de empatia com a figura da mulher que deseja abortar, ao contrário dos outros tópicos, nos quais essa figura é duramente criticada.

De forma semelhante ao que ocorre no tópico 1, no tópico 5 as usuárias apropriam-se do espaço gerado pelo tópico de

discussão para compartilhar suas experiências, dessa vez como vítimas de abuso sexual. Partindo do relato da própria criadora do tópico, as comentaristas reconhecem a dor umas das outras. Há, dessa forma, o exercício da empatia entre as usuárias, como é possível observar no exemplo a seguir:

(Exemplo 4) Eu fui violentada por 12 anos da minha vida por um familiar, sei da sua dor meu bem.

Nesse exemplo, além de confessar já ter experienciado o mesmo tipo de trauma que a criadora do tópico, a usuária valida os sentimentos experienciados pela vítima, afirmando, por meio do modalizador epistêmico asseverativo *saber* que compreende a dor da violência sexual.

Conforme as análises dos cinco tópicos, é possível verificar que há grande prevalência de indexicais avaliativos indicadores de pertencimento das comentaristas do site a comunidades religiosas. Nesse sentido, observa-se nessas performances discursivas locais a indexicalização de discursos religiosos que caracterizam Deus como um ser que exerce sobre os corpos femininos ambos os tipos de poder descritos por Foucault (2005): o poder soberano e o biopoder. Como “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (Idem, p. 302), verifica-se que ambos esses poderes são mobilizados para normatizar a sexualidade da mulher, seja fazendo viver e se desenvolver o feto dentro de seu ventre, seja fazendo-a morrer e sofrer uma punição eterna após a morte, caso não queira ser mãe. Dessa forma, a normatização dos corpos femininos é perpetuada, nessas produções discursivas locais, pela evocação de discursos religiosos translocais.

Por sua vez, a grande ocorrência de indexicais avaliativos que identificam as usuárias do site como mães por meio das declarações de amor a seus filhos, assim como as redes de apoio criadas entre mulheres que perderam seus filhos e que sofreram abuso sexual, demonstram como os tópicos de discussão são apropriados e extrapolados pelas comentaristas para, além de discursar sobre o aborto, narrar seus próprios sentimentos.

4. Considerações finais

Conforme as análises, é possível afirmar que o site BabyCenter Brasil, como exemplo de recente tecnologia de comunicação introduzida pela Internet, tem o potencial de reforçar, mas também de desestabilizar os construtos modernos de controle do corpo feminino. A análise linguística do *corpus* demonstra que o apoio entre mulheres em casos de violência sexual pode ser mobilizado por meio das ferramentas virtuais. No entanto, a expressão da recusa da maternidade motiva insultos que caracterizam a mulher que aborta como *monstra*, *vaca* e *sem coração*, aproximando a maternidade da normalidade e a recusa dessa experiência como um desvio da natureza humana.

Nesse sentido, verifica-se a presença de variados discursos translocais sobre feminilidade e maternidade nos discursos locais presentes no *site* BabyCenter Brasil. As referências e predicções do aborto exprimem, principalmente, o discurso jurídico, do crime e da punição, enquanto que, no caso do feto, essas pistas indexicais apontam para um discurso moral a respeito das fronteiras da vida humana e da ética do aborto. Já as referências e predicções atribuídas à mulher que deseja abortar apresentam alguma influência de discursos feministas, já que no caso de violência sexual o aborto é caracterizado como uma opção, e a vítima como merecedora do amparo da justiça. Contudo, são mais frequentes os discursos moralizadores, que condenam a sexualidade da *menina* e sustentam como mulher normal a figura da *mãe* dedicada e masoquista.

Em consonância com as referências e predicções das mulheres que desejam abortar, os indexicais avaliativos revelam que os posicionamentos e identidades das comentaristas são discursivamente construídos por meio da comparação entre os grupos sociais aos quais as usuárias afirmam pertencer e outros grupos sociais caracterizados de maneira negativa, dentre eles grupos de mulheres que abortam e de feministas. Desse modo, as comentaristas representam-se como pertencendo a comunidades religiosas e de mães que amam seus filhos, contrastando com as mulheres que abortam, consideradas monstruosas.

Ainda no âmbito do estudo dos indexicais avaliativos, a identificação das usuárias como mulheres que perderam os

filhos ou como sobreviventes da violência sexual ilustra a apropriação dos tópicos de discussão pelas comentaristas, que utilizam o anonimato propiciado pela Internet para expressar seus conflitos e dores pessoais.

Por fim, pela análise das modalizações epistêmicas, verifica-se uma prevalência dos modalizadores asseverativos sobre os quase-asseverativos, demonstrando que os discursos evocados pelas outras pistas indexicais são muitas vezes narrados como tendo um caráter de verdade, especialmente nos tópicos 1 e 2, que figuram menores de idade que desejam abortar e podem ser influenciadas a desistir desse desejo por meio de argumentos de autoridade. Contudo, a pouca diferença entre esses dois tipos de modalização nos outros tópicos demonstra que as proposições são consideradas ora como verdades, ora como opiniões.

Desta forma, conclui-se que as tecnologias de comunicação surgidas com a popularização da Internet podem tanto reafirmar discursos cristalizados a respeito da mulher quanto contestá-los, permitindo a formação de comunidades de apoio entre sujeitos femininos. Contudo, verifica-se uma ampla reprodução, nessas produções discursivas locais, de discursos translocais sobre maternidade e feminilidade, historicamente associados ao controle do corpo feminino, como discursos religiosos proibitivos do aborto, baseados na figura de um Deus punitivo, discursos jurídicos que tratam a mulher que aborta como criminosa, discursos moralizantes sobre a sexualidade dita infantil, além de discursos que pregam a existência de uma "natureza feminina" masoquista e inseparável da maternidade. Nesse sentido, é possível afirmar que, no ambiente virtual, a mulher e sua sexualidade continuam sujeitas aos mecanismos do controle social, ao poder disciplinar e ao biopoder.

5. Referências Bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CASTILHO, Ataliba T. de; MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. **Advérbios modalizadores**. In R. Ilari, (org.) Gramática do Português Falado. Vol. II:213-260. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DINIZ, Débora. e ALMEIDA, Marcos. **Bioética e Aborto**. In: Iniciação à Bioética. Coordenadores: Sérgio Ibiapina Ferreira & Costa, 1998.

As ordens de indexicalidade mobilizadas em discussões sobre aborto

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: Sage Publications, 2000.

SILVERSTEIN, Michael. **Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life**. *Language & Communication*, 23, p.193-229, 2003.

WORTHAM, Stanton. **Narratives in action**. New York: Teacher College Press, 2001.